



IMA - O JORNAL

Inspiração Miscelânea Arquivística

TWITTER IMA: @imisceLANEA - FACEBOOK IMA: <http://www.facebook.com/JornalIMA> - E-MAIL: inspiracao@gmail.com

Edição nº 20 – Outubro de 2012

EDITORIAL

No mês de outubro é comemorado o dia do arquivista e a equipe do IMA presenteia os nossos leitores com um texto muito especial para a nossa categoria: “O MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE OCUMENTOS E ARQUIVOS DA UNIRIO”, do professor José Maria Jardim. Ele aponta que criou-se uma demanda por novas qualificações do arquivista, exigidas pelo mercado, e com isso a necessidade de ampliação das fronteiras do ensino e da pesquisa da área no país. E esta proposta – inédita - vai mexer com toda a estrutura da Escola de Arquivologia da UNIRIO, seja política, institucional ou profissional (docentes e discentes, por que não?).

Também muito importante para nossa área de atuação, temos o texto do Wagner Ridolphi: “POR QUE NÃO TEMOS O CONSELHO PROFISSIONAL DE ARQUIVOLOGIA?”, onde ele mostra o cenário e as dificuldades encontradas para o surgimento e a consolidação deste conselho. Você leitor, já tem uma opinião formada sobre este assunto? Leia atentamente este texto e promova uma discussão entre colegas de profissão: este conselho é realmente necessário? Se for, o que podemos fazer para que ele realmente venha a acontecer?

Outro texto interessante é o do William Mathias Moreira “DIGITALIZAÇÃO E WEB PARA ACESSO E PRESERVAÇÃO DE UMA MEMÓRIA: A COLEÇÃO DE “CATECISMOS” DE CARLOS ZÉFIRO”. Ele fala da importância das histórias em quadrinhos como artefatos culturais e possivelmente documentos históricos que permitem entender os embates de diferentes elementos e práticas sociais. Trata-se de uma grande oportunidade de realmente “enxergar” os quadrinhos com um olhar mais atento e profissional.

A nossa tradicional *AGENDA* aponta novamente vários eventos que são imperdíveis, tanto culturalmente como profissionalmente, e que com certeza, valem à pena conferir! Boa leitura!!!

20 DE OUTUBRO

Dia do Arquivista





José Maria Jardim

Professor

Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos

UNIRIO

Introdução

A perspectiva de uma Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Arquivologia, no Brasil, vem sendo crescentemente discutida nos últimos anos. Essas reflexões tem se dado num cenário marcado pelas reconfigurações teórico-metodológicas da disciplina no plano internacional e nacional. Também podem ser identificadas neste quadro as demandas por novas oportunidades de qualificação do arquivista após quatro décadas de ensino de graduação no Brasil.

Quatro décadas depois da implantação dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, a busca pela pós-graduação *stricto sensu* mostra-se como um dos caminhos fundamentais para se ampliar as fronteiras do ensino e da pesquisa da área no país. Trata-se de um requisito para que se alcance novos patamares no processo da institucionalização da Arquivologia

como campo científico no Brasil. Além disso, não se pode negligenciar os evidentes sinais de que o país requer arquivistas cada vez mais qualificados, capazes de responder às demandas mais diversas da sociedade e do estado brasileiros.

A ampliação da Arquivologia como campo científico num cenário informacional em constantes alterações tem suscitado novos desafios nos processos de gestão da informação arquivística. Como tal, a formação do arquivista tem requisitado processos inovadores em termos político-pedagógicos. A demanda por mais arquivistas com perfis diversos para os setores público e privado, no Brasil, tem favorecido redesenho na graduação. De maneira geral, os cursos de graduação em Arquivologia tem respondido a esses desafios com a busca por novos parâmetros curriculares,

ampliação das possibilidades de aprendizagem discente e qualificação do seu corpo docente.

Neste quadro, mostra-se premente a qualificação de gestores de documentos e arquivos para atuação em serviços e instituições arquivísticas públicos e privados, contribuindo para a inovação de processos, produtos e serviços arquivísticos, a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas e o uso social da informação arquivística.

O Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO foi iniciado em setembro de 2012 com 10 alunos aprovados em processo seletivo no qual se inscreveram 43 candidatos. A próxima seleção ocorrerá no primeiro semestre de 2013 com uma nova turma iniciando suas atividades em agosto do mesmo ano.

A opção pelo mestrado profissional

Foram consideradas as diversas possibilidades de adoção de um dos dois modelos de mestrado: o acadêmico e o profissional. O Mestrado Profissional é uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu*, aprovada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do MEC em 1998. No entanto, é a partir de 2009, mediante a Portaria MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009, que o Mestrado Profissional adquire novos contornos no âmbito das políticas públicas de Pós-

Graduação.

O Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos visa, entre outros objetivos, “formar mestres altamente qualificados para a gestão de documentos e arquivos em serviços e instituições arquivísticas públicos e privados, atendendo as diversas demandas sociais, profissionais e organizacionais”, além de “favorecer os diálogos interdisciplinares da Arquivologia com outros campos de conhecimento, atendendo aos interesses de profissionais de

diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais que desejem aprofundar conhecimentos sobre a Gestão de Documentos e Arquivos. Optou-se por uma área de concentração, intitulada “Gestão de Arquivos na Arquivologia Contemporânea”, e as respectivas linhas de pesquisa: a) Arquivos, Arquivologia e Sociedade e b) Gestão da Informação Arquivística.

O corpo docente é composto por 12 (doze) doutores, sendo 9 (nove) permanentes e 3 (três) colaboradores. Todos os integrantes do corpo docente estão engajados nas linhas de pesquisa do Mestrado em

¹Versão ampliada será publicada no livro “Novas dimensões do Ensino e da Pesquisa em Arquivologia do Brasil”, a ser lançado em outubro de 2012.

Gestão de Documentos e Arquivos. Considerando-se a previsão de que parte significativa dos futuros alunos já atua no mercado de trabalho e tendo em vistas as perspectivas de um Mestrado Profissional, as aulas serão ministradas no período tarde/noite com ênfase no período noturno.

Considerações finais

A Proposta de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO expressa os percursos, possibilidades e singularidades dos seus docentes. A decisão de um grupo por uma pós-graduação é eminentemente política e se insere numa cadeia de decisões individuais e institucionais. De imediato, vem acompanhada de uma consequência: aumenta-se – e muito – a carga de trabalho dos docentes que se comprometem com um programa de pós-graduação. Ampliam-se as demandas de

Como Trabalho de Conclusão do Curso, o aluno poderá apresentar uma dissertação que reflita o desenvolvimento de uma investigação vinculada a uma das duas linhas de pesquisa. Poderá também desenvolver um projeto ou produto técnico-científicos, relacionados aos diversos

produtividade em pesquisa, requisitadas pela avaliação da CAPES do MEC, associada às atividades de ensino e orientação de pós-graduandos, além das exigências de gestão.

Não só por isso, mas sobretudo porque a pós-graduação não é (ou não deveria ser) um universo paralelo, há que se considerar as relações com a graduação quando da elaboração da Proposta e na sua execução. Em várias áreas de conhecimento são evidentes os impactos positivos da pós-graduação na graduação. Esta,

processos da gestão arquivística e devidamente aderentes às linhas de pesquisa. Maiores informações sobre as linhas de pesquisa, estrutura curricular e corpo docente podem ser encontradas no site do Mestrado (<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppggda>)

por sua vez, pode influenciar significativamente a qualidade da pós-graduação.

Esperamos que a experiência inédita, em curso na UNIRIO, possa colaborar para que novas propostas de programas de pós-graduação possam emergir em breve no cenário brasileiro. No horizonte, a perspectivas de consolidarmos futuramente, em várias universidades, a formação de mestres e - por que não? - doutores em Arquivologia.

¹Regulamento do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

²Proposta de Mestrado Profissional em Documentos e Arquivos, produzida pelo Departamento de Processos Arquivísticos da UNIRIO em 2011, submetida à CAPES em 2011. A Proposta foi aprovada na 133a. Reunião (27 a 28/2/12) do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da CAPES.

POR QUE NÃO TEMOS O CONSELHO PROFISSIONAL DE ARQUIVOLOGIA?

Wagner Ridolphi
Presidente da AAERJ

Em artigo publicado na edição anterior, foi apresentada a função de um conselho profissional e neste será apresentado uma pesquisa com o levantamento de todas as propostas já apresentadas para a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia.

A primeira iniciativa para sua criação ocorreu em 1975, segundo relato do renomado arquivista José Pedro Esposel no livro “Arquivologia: sua trajetória no Brasil” (2008), de Ástrea de Moraes e Castro. Ele informa que, em seu último ano de mandato

como Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), enviou ofício ao Ministro do Trabalho solicitando o reconhecimento da profissão, acompanhado de uma minuta de anteprojeto que incluía a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia.

Na edição de agosto de 1977 da revista Arquivo & Administração (v.5, nº 2, pág. 21) foi divulgado que naquele mês ocorreram reuniões, promovidas pelo Ministério do Trabalho, reunindo dirigentes da AAB (na época presidida por

Marilena Leite Paes) e do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), para estudo de uma minuta de Projeto de Lei dispendo sobre o exercício das profissões de bibliotecário, arquivista, técnico de biblioteca e técnico de arquivo e alterando a denominação dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia para Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia e Arquivologia.

Porém, nas edições seguintes da revista não há menção ao desfecho desses encontros e como sabemos, em 4 de julho de 1978, foi promulgada a

Lei nº 6.546, que regulamenta as profissões de arquivista e técnico de arquivo. No entanto, a regulamentação da profissão não foi acompanhada da criação dos Conselhos Federal e Regionais de

Arquivologia, devendo o registro profissional ser realizado na Delegacia Regional do Trabalho (atual Superintendência Regional do Trabalho e Emprego). Ainda na década de 70, as administrações seguintes da AAB mantiveram a criação do conselho profissional em sua pauta de reivindicações, mas não há, no entanto, registro de novas propostas encaminhadas.

Nas décadas de 80 e 90 novas tentativas de criação do conselho profissional ocorreram, conforme artigo do arquivista Euler Frank Lacerda Barros, publicado na revista "Cenário Arquivístico" em 2002 (v. 1, nº 1, pág. 58-59). A segunda tentativa de criação ocorreu em 1984, através do Projeto de Lei nº 4.351 apresentado na Câmara pelo Deputado Federal Oly Fachin (PDS/RS), onde tramitou até 1986, quando após parecer favorável foi encaminhado ao Senado, onde tramitou até 1990, sendo arquivado com base no Art. 333 do Regimento Interno do Senado. Esse artigo determina que todas as proposições que se encontrem em tramitação há duas legislaturas serão automaticamente arquivadas.

A proposta chegou a ser reapresentada ainda em 1990 pelo Senador Marco Maciel (PFL/PE) através do Projeto de Lei nº 192, que tramitou no Senado, mas foi arquivado com base no Art. 332 do Regimento Interno, que determina que ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto as originárias da Câmara ou por ela

revisadas e as com parecer favorável das comissões.

No ano seguinte, a proposta foi apresentada novamente pelo mesmo senador, através do Projeto de Lei nº 90, que tramitou no Senado até 1995, quando foi arquivado com base nos Arts. 332 e 333 do Regimento Interno, já citados.

Já no cargo de Vice-Presidente, Marco Maciel faria nova tentativa, através de proposta encaminhada em 1995. Mas, como as anteriores, esta seria arquivada em 1996, com base em pareceres das assessorias jurídicas do Ministério da Justiça e do Ministério do Trabalho. Apesar dos pareceres terem sido favoráveis à tese de que profissões regulamentadas necessitam de órgãos fiscalizadores de suas atividades, houve o entendimento de aquele não era o momento adequado para a criação de um novo conselho profissional, pois o Poder Executivo discutia alterações na legislação que disciplinava a matéria. Realmente, em 27 de maio de 1998 seria promulgada a Lei nº 9.649, que "dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências", que no Art. 58, trata da criação de conselhos.

Em 2001, entendendo que a promulgação desta lei derrubara o impedimento para a criação de novos conselhos profissionais, a Associação Brasiliense de Arquivologia (ABArq), presidida na época por Euler Frank Lacerda Barros, fez as devidas alterações na proposta enviada anteriormente e entrou em contato com o Deputado Federal Agnelo Queiroz (PCdoB/DF), que a apresentou através do Projeto de Lei nº 5.613.0 PL tramitou na Câmara e em 2002

recebeu parecer desfavorável do relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Deputado Federal Pedro Henry (PPB/MT), sendo arquivado em 2003. Em seu voto, o relator, apesar de reconhecer a importância da profissão de

arquivista, alega que seria necessário "um estudo prévio sobre o número de profissionais técnicos e com formação superior, atuantes ou não, bem como sua distribuição geográfica no território nacional, para podermos avaliar, com um mínimo de acerto, a relação custo-benefício da criação dos conselhos". Além disso, argumentou para a rejeição que a constitucionalidade do PL seria questionado na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pois decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos de parte do Art. 58 da Lei nº 9.649/98, retornando ao Poder Executivo a exclusividade da iniciativa de leis que visem à criação de conselhos profissionais.

A última tentativa ocorreu em 2004, quando a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS) enviou proposta ao Ministério do Trabalho, juntamente com outras categorias profissionais que buscavam também a criação de seus respectivos conselhos. Não foram encontradas informações detalhadas sobre a proposta nem o motivo de sua rejeição.

Como apresentado, a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia tem sido continuamente um anseio da comunidade arquivística e a última manifestação nesse sentido ocorreu na 1ª Conferência Nacional de Arquivos (CNArq), realizada em dezembro passado, em Brasília, quando os delegados aprovaram na Plenária Final moção pela sua criação.

Proposta para criação dos Conselho Federal e Regionais de Arquivologia

Ano	Forma de encaminhamento	Propositor
1975	Proposta ao Ministério do Trabalho	AAB
1984	Projeto de Lei nº 4.351	Dep. Federal Oly Fachin (PDS/RS)
1990	Projeto de Lei nº 192	Sen. Marco Maciel (PFL/PE)
1991	Projeto de Lei nº 90	Sen. Marco Maciel (PFL/PE)
1995	Proposta ao Ministério do Trabalho	Vice-Presidente Marco Maciel
2001	Projeto de Lei nº 5.613	ABArq, via Dep. Federal Agnelo Queiroz (PCdoB/DF)
2004	Proposta ao Ministério do Trabalho	AARS

DIGITALIZAÇÃO E WEB PARA ACESSO E PRESERVAÇÃO DE UMA MEMÓRIA: A COLEÇÃO DE “CATECISMOS” DE CARLOS ZÉFIRO.⁴

William Mathias Moreira

Graduado em História pela UERJ, Graduando em Arquivologia pela UNIRIO
e Mestrando em História Social da Cultura pela PUC-RJ.

Ao entendermos que as histórias em quadrinhos se constituem como artefatos culturais, através dos quais podemos ler o embate de diferentes elementos de imaginários sociais e de práticas sociais, se faz relevante procurá-las como documento histórico, além de visar entender como as histórias em quadrinhos podem se constituir como fonte de conhecimento sobre determinado período. O que é definido como possuindo representatividade para a história, ao remeter ao passado, e que se referem a um conjunto de memórias coletivas compartilhadas pelos diferentes grupos da sociedade, vai possuir variações de acordo com o tempo e o espaço, pois tem a ver com o que determinado grupo social considera relevante e merecedor de ser legado para as futuras gerações. Nesse sentido, diversos grupos sociais competem na consolidação de uma memória, na preservação ou esquecimento de certos fatos e significados, destacando a importância de recuperar essas “memórias subterrâneas” (POLLACK, 1989, p. 2), como no caso dos “catecismos” de Carlos Zéfiro.

Partindo desse

pressuposto, acervos e coleções são colocados em meio digital, possibilitando, se tomadas às devidas metodologias de preservação, o acesso ao seu conteúdo de forma legível na posteridade. Dentre as vantagens de colocar a informação na WEB estão a possibilidade de tornar acessível e promover o uso em tempo real e em ampla escala, a baixos custos; possibilitando acesso e preservação da memória do contexto em que tais documentos foram produzidos, a partir da sua perpetuação no sentido das possibilidades advindas do seu uso em larga escala. Outra vantagem é a de verificar tal pressuposto, a partir da análise da coleção pessoal do colecionador norte-americano Dave Braga, existente no site no qual são reunidas histórias em quadrinhos pornográficos de Carlos Zéfiro, ou como denominadas na década de 60/70: “catecismos” (por conta da semelhança no formato aos livretos de iniciação católica). Tinham formato de bolso e impressão precária em preto e branco, vendidas a baixo custo e de maneira *underground*. Para o jornalista e estudioso dos quadrinhos Gonçalo Júnior os militares achavam que eles eram

comunistas, que usavam a pornografia para introduzir o regime de Moscou no país. O livro desse autor descreve também a perseguição a artistas, donos de editoras, distribuidores, jornalistas, escritores e desenhistas de histórias em quadrinhos perseguidos em nome da moral, e dos bons costumes e em defesa da família brasileira (JUNIOR, 2010, p. 173). Sobre os quadrinhos eróticos nacionais, Cirne assinala:

Sabe-se que existe toda uma moral cristã e judaica repressora em torno do erotismo. Esta moral tem atingido o discurso artístico e literário de forma bastante castradora. Neste particular, os quadrinhos foram e ainda são vítimas de um puritanismo retrógrado e babaca. Têm-se, pois, uma arte, uma poesia e um quadrinho subterrâneos respondendo a este ou àquele dado momento histórico. Como disse Marcuse: “o retorno do reprimido compõe a história proibida e subterrânea da civilização. E a exploração dessa história revela não só o segredo do indivíduo, mas também o da civilização. A Psicologia individual,

⁴Tema de monografia orientado pelo Prof. Dr. João Marcus Figueiredo de Assis.

de Freud, é em sua própria essência uma Psicologia Social. A repressão é um fenômeno histórico.” Pois bem, estas palavras foram traduzidas entre nós em 1968. Na ocasião, já era bastante conhecido o quadrinho clandestino de Carlos Zéfiro, sobretudo nos grandes centros urbanos do sul do país. (CIRNE, 1990, p. 45)

Dentro dessa perspectiva, a coleção se torna uma forma de preservar a memória de uma contracultura que de um jeito bem diferente de outras formas culturais de protesto, também combatia o regime político da época, além de facilitar o acesso a alguns dos mais de 800 exemplares publicados e hoje perdidos, já que o autor anônimo até 1991 destruía os originais com medo de ser pego. Desta

forma, o site e a coleção de “catecismos” de Carlos Zéfiro disponível nele, se torna um exemplo de como a digitalização pode ser utilizada em conjunto com o uso do ambiente WEB para a preservação de acervos e coleções a partir do acesso global aos documentos, pois entendo que a difusão da informação se configura também como um meio de preservá-la.

Referências

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: _____. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CIRNE, Moacy. O quadrinho erótico. In: _____. **História e crítica dos quadrinhos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ed. Europa: FUNARTE, 1990.

JUNIOR, Gonçalo. **A guerra dos gibis 2: Maria Erótica e o clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar, 1964-1985**. São Paulo: Editoractiva Produções Artísticas, 2010.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

⁵ Disponível em: <<http://www.carloszefiro.com/>> Acesso em: 06 set. 2012.

⁶ Quando, pouco antes de sua morte, em uma entrevista para a revista Playboy se identificou como Alcides Caminha, funcionário público que usava o pseudônimo de Carlos Zéfiro para continuar na profissão sem problemas.



Expediente

Coordenação: Themis Cunha e Marcelo Faria

Revisão: Rosale Matos, João Marcus Assis, Daniel dos Santos

Diagramação: Job Designer
Tel.: |21| 7831.4121 ID: 8*36362

Divulgação: Priscila Vaisman, Themis Cunha, Marcelo Faria e Marcello Gonçalves

Colunista: Bruno F. Leite, Victor Kling e Rogério Marques



Nota

Petição manifesto Contra a Eliminação de Monografias e Demais Trabalhos de Conclusão de Curso. Pedimos a todos que leiam e assinem a petição <http://www.peticaopublica.com/?pi=ttdifes>



Agenda

- Nos dias 25 e 26 de outubro, a Associação de Arquivistas de São Paulo estará promovendo a oficina "A Educação Patrimonial em Museus e Arquivos: teoria e prática", ministrada pela Prof.^a Dra. Maria de Lourdes de Alencar Parreiras Horta, ex-diretora do Museu Imperial (Petrópolis) e autora do "Guia Básico da Educação Patrimonial", editado em 1999 pelo IPHAN/Museu Imperial. A oficina tem por objetivos discutir os conceitos básicos da Educação Patrimonial e sua aplicação na prática educativa de museus e arquivos, com exemplos e casos de estudo, e atividades de exploração do tema. Para informações e inscrições, acesse <http://www.arqsp.org.br/>.
- Será realizado, de 28 a 31 de outubro, no Centro de Convenções Sul-América, no Rio de Janeiro, o décimo terceiro ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação). O tema do evento será: "A sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano". Mais informações em <http://www.enancib2012.iciet.fiocruz.br/>.
- Curso de Preservação de Acervos Científicos e Culturais : 3 a 7 dezembro, MAST Informações e inscrições pelo site <http://www.mast.br/> no 2º Curso de Preservação de Acervos oferecido pelo MAST. Objetivos: proporcionar informações básicas sobre os conceitos, aspectos e programas relacionados à preservação de acervos científicos e culturais, por meio de palestras, que enfocam os principais temas envolvidos, fornecendo um instrumental útil para planejamento de ações, com uma visão abrangente e sistemática para a salvaguarda e proteção destes acervos.
- Colóquio Internacional Colapso das Ditaduras, de 24 a 26 de outubro de 2012. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ Largo de São Francisco de Paula, nº1 - Centro. Rio de Janeiro/RJ – Brasil. Inscrições no local. In: <http://coloquiocolapsoditaduras.blogspot.com.br/p/programacao-program.html>
- Em comemoração ao dia mundial da herança audiovisual o Arquivo Nacional promove o V Seminário " A Preservação da Herança Audiovisual" reunindo especialistas de diversas instituições brasileiras. O evento acontece nos dias 29/10 e 30/10 e contará com debates sobre a formação profissional em preservação audiovisual e sobre preservação e conservação de imagens em movimento. Além disso, serão exibidos os filmes "O Homem que Virou Suco" e "A Hora da Estrela". Mais informações: <http://arquivonacional.gov.br/>.

XXIII Jornada Arquivística
da UNIRIO
22/24 de outubro de 2012

Shift

Access